

Agora é o Momento de Falar de Cada Um de Nós: A Escrita Como um Lugar de Agência para os Sobreviventes dos Centros Clandestinos de Detenção da Última Ditadura Civil-Militar Argentina (2000-2009)

Marcos Tolentino
Universidade Estadual de Campinas

Resumo. A partir dos anos 2000, notamos na Argentina a publicação recorrente de livros escritos por sobreviventes dos centros clandestinos de detenção que funcionaram no país entre 1975 e 1983. A sua publicação ocorre em um momento em que os testemunhos dos sobreviventes foram além da meta punitiva, valorizando as suas vivências pessoais e as suas subjetividades. A literatura se converte assim em um *lugar de agência* para esses indivíduos que encontram, através da escrita, uma forma de intervenção ativa na produção de memórias no presente e de resignificação da *situação-limite* do desaparecimento e dos seus efeitos sobre suas trajetórias. O objetivo deste artigo é apresentar alguns desses livros, analisando principalmente a importância apontada por seus autores no ato de escrever para a superação de traumas do passado e dos estigmas sociais e políticos do presente relativos à condição de ser um *ex detenido-desaparecido* da última ditadura civil-militar argentina.

Palavras-chave: Argentina; ditadura civil-militar; literatura; memória; sobreviventes.

Now It is Time to Talk About Each of Us: The Writing as a Place of Agency for the Survivors of Clandestine Centers of Detention in the Last Argentinian Civilian-Military Dictatorship (2000-2009)

Abstract Since 2000s, we see the publication of books in Argentina written by survivors of clandestine centers of detention that took place in that country between 1975 and 1983. This kind of writing occurs in a moment that the survivor testimonies go beyond the punishment issues, by talking about their personal experiences and subjectivities. The literature becomes a place of the agency for these individuals. They find, in the writing, a way of active intervention in the memory production in the present, resignifying the extreme situation of disappearance and its effects on their trajectories. The aim of this article is to present some of these books, analyzing the importance of writing to overcome past traumas and social stigmas of their authors in the last Argentinian civilian-military dictatorship.

Key-words: Argentina; civilian-military dictatorship; literature; memory; survivors.

1 Introdução

Nas primeiras horas de 10 de agosto de 1976, Marta Bertolino e seu companheiro, Oscar Mansur, estavam dormindo quando sua residência foi invadida por forças do exército e da polícia. Aos 23 anos de idade, Marta estava no oitavo mês de gravidez ao ser levada ao centro clandestino de detenção que funcionava no prédio do *Servicio de Informaciones Policía de Santa Fe*, localizado no centro da cidade de Rosario. Neste local, ela foi submetida a torturas e humilhações e, após alguns dias, deixou de escutar a voz de Oscar ou de ter notícias sobre ele. Em três semanas, sua primeira filha, Alejandra, nasceu; e juntas tiveram sua situação legalizada em prisões femininas até que, após seis meses, Alejandra foi entregue a os seus avôs maternos.

Marta foi posta em liberdade em 1982. “Acababa de cumplir veintinueve años y habían pasado casi seis desde la trágica madrugada en que el mundo, mi mundo se hizo pedazos”, descreve assim os seus sentimentos após seis anos da privação ilegal de sua liberdade. Se o seu mundo fora *despedaçado*, Marta encontrou na escrita uma forma de reunir alguns dos pedaços de sua experiência: desde o cativeiro, ela sempre escreveu sobre o que estava vivendo, geralmente poesias. Pensou inclusive em dedicar-se profissionalmente à literatura; porém, as consequências afetivas, econômicas e familiares da violência sofrida, e a complexidade de falar disso “en un país marcado por décadas de impunidad de los genocidas y el silenciamiento de lo ocurrido”, não

permitiram que se tornasse o seu ofício. Entretanto, afirma que a escrita continuou sendo parte de sua *existência*:

De todos modos, la escritura, forma parte de mi existencia. No sé [...] trato de poner en palabras eso que me dice la piel, eso que pasa o me pasa en el contacto con las cosas, con el mundo. Siempre hay una búsqueda, también una dificultad para decir lo que me estalla adentro y que a veces parece no caber en las palabras [...] lo maravilloso, lo misterioso, también lo terrible (Sillato, 2008, p. 181-182 – grifos nossos).

Estas palavras de Marta são parte do seu texto publicado na antologia *Huellas: memorias de la Resistencia (1974-1983)*, organizada por María del Carmen Sillato, também sobrevivente do *Servicio de Informaciones*, onde esteve desaparecida em janeiro de 1977. O *Prólogo* da obra aponta que são textos escritos por indivíduos que viveram a violência da última ditadura civil-militar argentina (1976-1983) como prisioneiros políticos, seja num dos 500 centros clandestinos de detenção ou numa instituição carcerária.¹ Partiu de sua percepção de que havia pouca literatura produzida na Argentina por sobreviventes da repressão, em sua opinião, devido às dificuldades de elaborar-se memórias marcadas pela violência e pelas perdas sofridas: “Porque si bien la escritura puede ejercer un efecto terapéutico en relación a las experiencias traumáticas vividas, no es ni sencillo ni espontáneo dar ese salto que permite transportar al papel la esencia del propio dolor” (Sillato, 2008, p. 14). Entretanto, algumas respostas positivas e colaborações recebidas para o livro permitiram torná-lo um espaço de reconstrução e transmissão de memórias.

Nos últimos anos, podemos observar que os relatos dos sobreviventes da repressão ditatorial na Argentina têm encontrado diversos canais de circulação, além dos testemunhos judiciais e das denúncias aos organismos de direitos humanos. Nesse quadro, a literatura e a escrita afirmam-se como espaços legítimos de elaboração do passado e como instrumentos para a superação de traumas pessoais e estigmas políticos e sociais vinculados à condição de *ser* um *ex-desaparecido* da ditadura. Alguns comentários citados por María del Carmen Sillato, feito por homens e mulheres que colaboraram em seu projeto, atestam para isso:

Creo que tuve una necesidad de sacar afuera cosas que ya no podía seguir llevando adentro”; “el escribir también es un modo de aliviar el dolor. Las ausencias son menos ausencias cuando los nombra. En el papel puedo poner lo que de otro modo no podía decir sin llorar”; “seguramente la escritura cumplió con una función catártica, bien conocida de los griegos o más. Y esta catarsis se potenció porque salvo mi familia y los amigos más cercanos, nadie quería escuchar lo que uno tenía para contar”; “para mí, escribir es encontrar otras formas de hablar conmigo [...] Son historias que está esperando desde hace mucho ser liberadas, mirándome como enojadas, preguntándome cuándo”; “la escritura fue y es un ‘desprenderse’ de la tragedia, de la soledad, una forma de trascender lo concreto para elevarme y alcanzar los sueños más hermosos que poseo como ser humano”; “aunque, por un lado, existe un proceso catártico durante el ejercicio de la escritura, por otro, cada

¹ A identificação dos lugares onde funcionaram centros clandestinos de detenção é ainda hoje uma tarefa difícil para os organismos de direitos humanos e os grupos de investigação. Os primeiros foram implementados no marco do *Operativo Independencia*, em 1975, quando o Poder Ejecutivo Nacional autorizou o Exército a intervir na repressão a um foco guerrilheiro do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), estabelecido desde 1974 na província de Tucumán. Em sua maioria fecharam entre 1978 e 1979, com exceção da *Escuela Superior de Mecánica de la Armada* (ESMA), que funcionou em Buenos Aires até 1983. Em 1984, o relatório final da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) apontou para um número aproximado de 340 centros clandestinos em toda a extensão do território argentino. Hoje se fala em pelo menos 500, uma cifra que cresce constantemente com novas denúncias e descobertas. Os centros clandestinos não possuíam uma existência formal e pública; porém, uma proporção importante se localizava em zonas urbanas densamente povoadas, logo davam sinais de sua existência para vizinhos e transeuntes. As coincidências entre os testemunhos dos sobreviventes evidenciam que o sistema era parecido em todos os centros e que se tratavam de operações planejadas e ordenadas pela hierarquia militar e executadas pelas Forças Armadas em seu conjunto (Memoria Abierta, 2012, p. 38).

vez que se vuelve sobre el tema, la herida se reabre. Y cada vez que se reabre, probablemente una fibra más quede desgarrada”; “cada vez que he querido escribir, el dolor, la nostalgia y la bronca me han impedido continuar. El viaje emocional interno me paralizaba”; “nunca hasta ahora había podido escribir sobre mi detención o sobre los días pasados en el cárcel, pues un bloqueo, un dolor psicossomático me lo impedían”; “escribo para darle un orden a lo que he vivido, para recordar su sentido, para dárselo. Estoy segura de que el escribir me ha preservado de la locura, por momentos” (Sillato, 2008, p. 30).

A antologia tornou-se assim um canal privilegiado para compartilhar memórias e vivências pessoais que, durante muito tempo, estiveram silenciadas, num marco em que esses testemunhos não necessitam apenas provar as violações de direitos humanos sofridas ou identificar nomes de repressores e de companheiros mortos e desaparecidos, recuperando assim a experiência, a perspectiva e os dilemas que formam a subjetividade dos seus autores (Carnovale, 2007, p. 161). E, ao incluir esta dimensão, questionar desejos, ilusões, sentimentos e silêncios presentes em suas memórias através de algumas marcas: a necessidade de reparação, o medo, a culpa, a omissão, a acusação, o estigma, a derrota (Jelin e Kaufman, 2006, p. 9-10).

Como uma sobrevivente sintetizou durante uma atividade de grupo realizada pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS): “Al principio hablábamos de los compañeros que habíamos visto con vida en el centro clandestino y que todavía estaban desaparecidos, después fue el tiempo de nombrar a los represores que pudimos reconocer, ahora es tiempo de hablar de cada uno de nosotros” (Balardini, Oberlin e Sobredo, 2011, p. 171 – grifos nossos). *O momento de falar de cada um de nós* que, a nosso ver, também ser e afirmou partir dos anos 2000 através da publicação recorrente de livros individuais e coletivos escritos por sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, todos “con marcas inequívocas de la experiencia” (Arfuch, 2013, p. 78).

Pensando nisso, o objetivo deste artigo é apresentar algumas obras publicadas entre 2000 e 2009, escritas, individualmente ou coletivamente, por sobreviventes dos centros clandestinos de detenção da última ditadura civil-militar argentina. Partimos da proposta de Leonor Arfuch (2013) de que a escrita se tornou para esses indivíduos um *lugar de agência*, de intervenção ativa no presente, através da produção de relatos do passado. Dessa maneira, os sobreviventes passaram a participar ativamente nos *conflitos de memórias* que reatualizam e fazem do passado recente ditatorial um tema recorrente da produção cultural argentina como, por exemplo, na literatura. Entretanto, para entender a afirmação da literatura como espaço de circulação para as memórias dos sobreviventes, apenas a partir dos anos 2000, é necessário historicizar a produção de seus testemunhos, sobretudo por onde eles circularam e quais características assumiram desde a ditadura até o presente. Por último, analisaremos o que significou para seus autores escrever e publicar as obras propostas.

2 A Escrita Como um Lugar de Agência

De acordo com Beatriz Sarlo, a narração de uma experiência está unida ao corpo e à voz. Não há testemunho sem experiência, tampouco há experiência sem narração. Caberia à linguagem libertar a experiência de seu silêncio, transformando-a em algo comunicável. Ao materializar a experiência, a narração faz com que o presente seja apropriado pelo passado, tornando-o o seu tempo próprio e inscrevendo a experiência na temporalidade de sua lembrança. Logo, para que se torne um discurso inteligível, prescinde a elaboração de uma narrativa (Sarlo, 2007, p. 34-35). Narrativa esta formada pelos elementos constitutivos das memórias: os marcos interpretativos a partir do qual se seleciona o que deve ser rememorado e o que deve ser silenciado ou esquecido. A sua transmissão depende ainda de um suporte, um *veículo de memória*, a partir do qual uma experiência pessoal possa ser compartilhada, tornando-se uma lembrança em comum (Jelin, 2002), como, por exemplo, a literatura:

Escreve-se para esquecer, e o efeito da escritura é fazer com que os outros não esqueçam. Escreve-se para lembrar, e amanhã outros vão ler essa lembrança. Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais, rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos. A ambigüidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo, os desfigura até torná-los duvidosos, elusivos, dúbios. A literatura impõe obstáculos, é difícil, exige trabalho. Mas sua própria dificuldade garante a permanência daquilo que se diz (Sarlo, 1997, p. 26).

O que está escrito permanece obstinadamente na memória do leitor. Ninguém que tenha lido um texto poderia apagar por completo o resíduo de uma leitura: perdem-se os detalhes ou o traçado geral, a ordem dos acontecimentos ou das imagens, mas algo permanece desafiando o tempo e o esquecimento (Sarlo, 1997, p. 26-28). A escrita e a leitura seriam capazes ainda de integrar o passado a um relato inteligível, insinuá-lo para o futuro (Chejfec, 2005, p. 164-166), trazendo efeitos no presente tanto de quem lê quanto de quem escreve. Nesse sentido, Liliana Gardella, sobrevivente do centro clandestino de detenção, que funcionou nas instalações da ESMA, apontou no seu testemunho ao Arquivo Oral do *Memoria Abierta* que a publicação do livro *Ese infierno. Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*, teve uma importância pessoal – “a mi me hizo bien” –, e coletiva, de incremento de uma memória que “sirve para la gente” (*Memoria Abierta, Testimonio de Liliana Gardella*, Buenos Aires, 2001).²

Podemos afirmar que a escrita tornou-se, assim, para indivíduos como Liliana e Marta, um *lugar de agência*, como apontado por Leonor Arfuch (2013). Para a autora, haveria uma diferença entre os testemunhos brindados pelos sobreviventes nos tribunais e aqueles veiculados nas páginas de livros escritos por eles. No testemunho judicial, a sua legitimidade lhe é outorgada a partir da reivindicação do seu lugar de vítima da violação, afirmado, a partir da utilização apenas do discurso confessional, num exercício de memória retroativo, de busca ético-simbólica de reparação de uma situação que existia antes da violação (Garretón, 2006, p. 73-74). Nos livros, a legitimidade se constrói na sua afirmação de ser *um(a) sobrevivente*, que *resistiu e escapou do poder concentracionário, de sua distribuição arbitraria da morte*, encontrando na escrita uma forma de intervenção ativa no presente: “El haber se sobrepuesto a sus efectos devastadores, la voluntad de recordar, la postetad de decir, en síntesis, el asumir un lugar de agencia donde se entranman verdad y poder” (Arfuch, 2013, p. 97 – grifos nossos).

Verdade baseada no reconhecimento da legitimidade de sua voz e do vivido por eles. Poder, ao afirmar a sua história pessoal e resistir à negação da sua subjetividade – dos seus desejos, ilusões, sentimentos, e da imaginação de futuros possíveis encontrados geralmente em projetos políticos (Jelin e Kaufman, 2006, p. 9) –, e ao esquecimento ambos almejados pelo *poder desaparecedor* (Calveiro, 2008).³ Nas palavras de Margareth Rago:

² Formado pela *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)*, *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*, *Fundación Memoria Histórica y Social*, *Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora*, por *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*, pelo *Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ)* e pela *Comisión de Familiares, Sobrevivientes y Sobrevivientes de las Víctimas del Vesubio*, o *Memoria Abierta* foi concebido como um esforço conjunto dos organismos para “(...) lograr que todo registro de lo ocurrido durante la última dictadura militar y sus consecuencias sea accesible y sirva a los fines de la investigación y educación de futuras generaciones” (Carnovale, Lorenz e Pittaluga, 2006, p. 6-7). Através dele, o investigador pode se acercar dos fundos documentais preservados por cada um desses organismos, além dos fundos de pessoas envolvidas na luta pelos direitos humanos, hoje em posse do *Memoria Abierta*. Além disso, o Arquivo Oral da instituição disponibiliza atualmente o acesso a entrevistas de pessoas que possuem diferentes vínculos com o passado ditatorial, dentre os quais se encontram 192 entrevistas incluídas na categoria “sobreviventes de centros clandestinos de detención”. Sobre a constituição do Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, ver: Carnovale, Lorenz e Pittaluga (2006).

³ Segundo Pilar Calveira, apesar da última ditadura não ter sido alheia à sociedade argentina e à sua história, ela representou uma mudança substancial ao reorganizar formas preexistentes de expressão do poder – a tortura, o

Reescrever o passado, construir sua própria autobiografia, mesmo que por meio de depoimentos orais, gravados e transcritos, adquire, portanto, um sentido político vital. A memorização do vivido e a construção de um arquivo pessoal são modos de subjetivar-se que possibilitam o redimensionamento dos acontecimentos passados, o encontro de um lugar no presente, a criação de um espaço subjetivo próprio como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida, especialmente no caso das experiências traumáticas, como a da clandestinidade e a do confinamento na prisão (Rago, 2010, p. 157-158).

Portanto, a escrita constitui-se como um *lugar de agência*, pois os sobreviventes afirmam, em suas narrativas, terem conseguido *refazer as suas vidas*, resistindo à vitimização, e contrariando o principal objetivo da *situação-limite* na qual se constituiu o desaparecimento em um centro clandestino: o arrasamento da subjetividade e de toda dignidade: “Han logrado sobrevivir, sobreponerse a la tortura, al sufrimiento psíquico y moral, a la perversidad del trato de los repressores, al miedo y a la desesperanza” (Arfuch, 2013, p. 94). Conseguiram “dar forma a la experiencia”, dotando-a de “una coherencia inexistente en la vida, una cronología, una puesta en intriga [...] donde el deseo de real ordena en una historia lo que fue fragmentario y superpuesto” (Arfuch, 2013, p. 104). Aventurando-se por diversos gêneros narrativos, encontram na escrita a *dimensão poética da existência* (Arfuch, 2013, p. 102), e, sob o amparo da biografia, recordam sua vida antes do desaparecimento e a tenacidade da sobrevivência, “con el apoyo de la metáfora, la imaginación, el humor o la reflexión política” (Arfuch, 2013, p. 102).

Segundo Ana Longoni a biografia de um sobrevivente é a de um *antes* e um *depois* do desaparecimento: uma identidade a ser reconstruída arrasada pela situação-limite do desaparecimento em um centro clandestino. Logo, deste mundo atroz, de contornos e limites inimagináveis, o indivíduo retorna outro e com uma visão de mundo distinta. Apenas através de sua memória é possível aproximar-se dos detalhes que constituíram o desaparecimento, convertendo-o assim em testemunha primordial, “porta-voz de um pesadelo”. Além disso, nele se condensaria ainda a memória do *eu* político, do militante, ativista, guerrilheiro; combatente aprisionado, torturado, mas não assassinado (Longoni, 2007, p. 19-22). Entendemos, então, que, para esses indivíduos, escrever é uma forma de afirmar no texto o duplo valor do seu testemunho – testemunha do terror/sujeito da militância política – valorizar suas experiências individuais.

De acordo com Margareth Rago, ao incorporar a escrita como *parte de sua existência*, os sobreviventes *escrevem-se* e *inscrevem-se* na contemporaneidade; transformam “o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade” (Rago, 2013, p. 56). Trata-se ainda de uma *prática da liberdade*; de reinvenção da sua subjetividade, passando de vítimas a sobreviventes; e permite que se tornem *autores de seus próprio script* (Rago, 2013, p. 52), rompendo com a sujeição almejada pelo *poder desaparecedor* que, ao colocá-los em liberdade, exigiu-lhes que “não olhassem mais para trás” – “no nos mires a nosotros, no mires tu pasado de militante, no mires lo que pasó adentro del campo, olvídate, esto no há pasado, te va a dejar una marca eternamente” (Álvarez, 2000, p. 87-88) –, e que estimulou a sua memória durante a tortura apenas com o objetivo de produzir novos desaparecimentos (Crenzel, 2008, p. 35).

3 A Historicidade do Testemunho dos Sobreviventes

Com o intuito de apresentar algumas obras nas quais percebemos a escrita como um *lugar de agência* para os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção, é necessário analisar a publicação de suas narrativas à luz da historicidade da produção desses testemunhos. Segundo

sequestro, o assassinato político, o sistema carcerário – de maneira a conformar um novo *poder desaparecedor* em uma alusão literal: a possibilidade do Estado e da repressão política de desaparecer com o indesejado e com qualquer registro do delito cometido (Calveiro, 2008, p. 23-28).

Michael Pollak, o testemunho de sobreviventes de *situações-limites* pode encontrar barreiras para o que pode ou não ser dito, o que tem ou não sentido, tanto para quem conta como para quem escuta, o que leva alguns à opção pelo silêncio. Entretanto, os *não-ditos* podem vir à tona a depender das circunstâncias políticas e sociais e do tempo necessário para a elaboração pessoal da experiência traumática (Pollak, 1989, p. 8-9, 14). O reconhecimento do silêncio e do caráter não racional ou linear das memórias (Jelin, 2002, p. 8), por sua vez, permite-nos analisar as condições que as tornaram fidedignas e que fizeram com que adquirissem um sentido que superasse a experiência pessoal, podendo tornar-se parte da memória coletiva (Groppo, 2005, p. 256). Além disso, pressupõe o reconhecimento de que as narrativas do passado têm uma historicidade e lógicas temporais próprias que devem ser analisadas e compreendidas (Rouso, 2006, p. 95-6).

Os primeiros testemunhos de sobreviventes começaram a circular ainda durante a última ditadura, mas, segundo Emilio Crenzel, foram recebidos com incredulidade. Na Argentina, a maioria dos sobreviventes foi liberada por seus próprios captores, tendo que enfrentar não apenas as marcas da tortura nos seus corpos e mentes, mas também o estigma gerado pelo discurso ditatorial – eram os subversivos contra os quais se sistematizaram as práticas repressivas; o repúdio de uma sociedade que não quis escutá-los;⁴ a suspeita dos outros denunciante, militantes pelos direitos humanos, fruto do caráter clandestino da repressão e do conhecimento heterogêneo e difuso sobre a mesma;⁵ e os conflitos com companheiros de militância devido às transformações individuais sofridas durante a detenção (Ollier, 2009, p. 146-164). Nas organizações político-militares nas quais militaram, a dificuldade de se reconhecer a perda dos projetos revolucionários nas mãos da ditadura (Crenzel, 2008, p. 44) e o entendimento da política no registro do sacrifício – “que no permite regressar tras los propios pasos ni resguardarse ni abandonar, sin ser considerado un traidor” (Longoni, 2007, p. 15) –, gerou-se a associação entre sobrevivente e traidor, seja por ter *se quebrado* colaborando com militares, ou por não ter *morrido pela causa*.⁶ O *por algo será*, que gerava acusações implícitas e desconfianças sobre o seu desaparecimento (Novaro e Palermo, 2007, p. 176-177), parecia sintetizar as formas como se entendia o seu *reaparecimento*: *algo tiveram que fazer para garantir sua sobrevivência*.

Apesar das suspeitas sobre os sobreviventes, eles realizaram suas primeiras denúncias públicas principalmente no exílio. Um dos casos mais notórios foi o do grupo de *recuperadas da ESMA*⁷ – Ana María Martí, Sara Solarz de Osatinsky e María Alicia Milia de Pirlés – militantes *montoneras* que, ao serem embarcadas pela Marinha para a Europa, com o intuito de utilizá-las a favor da ditadura, aproveitaram alguns espaços oficiais europeus, como a Assembleia Nacional

⁴ Em sua família, Adriana Calvo, sobrevivente do centro clandestino de detenção *Pozo de Banfield*, que funcionou na cidade de La Plata, afirma que as tentativas de contar o que havia passado foram recebidas com negativas – “No cuentés, no cuentés, mirá, olvidáte, te hace mal” – e com acusações implícitas devido aos problemas que a busca por informações suas enquanto esteve desaparecida trouxera para a saúde de sua mãe (Calvo, 1996, p. 111-112).

⁵ A atitude em relação aos sobreviventes não foi a mesma em todos os organismos de direitos humanos. Os seus testemunhos, por exemplo, foram essenciais para a formação de um deles, a *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*, pois trouxeram informações sobre o funcionamento de maternidades clandestinas e a confirmação do nascimento de filhos de mulheres desaparecidas em cativeiro (Jelin, 2010, p. 238).

⁶ O documentário de 1994 “Montoneros, una historia”, por exemplo, relata o caso de Ana, ex-militante *montonera* que, ao ser liberada da ESMA buscou o seu companheiro e pai de sua filha, Juan. Ele, também militante *montonero*, negou-se a vê-la, alegando que: “yo podría haberme visto con Ana, pero yo no quiero ver a Ana porque Ana es una traidora [...] Ana salió con vida de ese lugar, Ana...¿qué puede ser de Ana?” (*Montoneros, una historia*, 1994).

⁷ Como parte de um projeto político do almirante Emilio Massera, chefe da Marinha e responsável pela ESMA, alguns dos sequestrados neste local eram considerados *recuperáveis* e passavam por um *plano de recuperação*, no qual realizavam distintos tipos de trabalho escravo como, por exemplo, a seleção de recortes de imprensa para o Ministério de Relações Exteriores e a confecção de documentos falsos para repressores. Após um tempo, a alguns lhes eram permitidas visitas controladas aos familiares, a liberação e, em muitos casos, a “opção de sair do país” para o exílio, mas, de nenhum modo, ser uma recuperável era garantia da sobrevivência. O *plano de recuperação* de Massera demonstra principalmente a arbitrariedade dos militares no poder de decisão sobre quem sobreviveria ou não à passagem pelos centros clandestinos (Lorenz, 2007, p. 79).

Francesa, para relevar a dinâmica do aparato repressivo argentino: a detenção, os interrogatórios, os métodos de tortura, as condições de detenção na ESMA, os “traslados” – eufemismo utilizado pelos militares para o desaparecimento ou morte dos detidos –, e os nomes de repressores, de mortos e de sobreviventes (Jensen, 2010, p. 122-124). Desde esse primeiro momento, Emilio Crenzel aponta para uma *homogeneização* no seu modo de testemunhar (Crenzel, 2008, p. 44-45), repetindo-se questões como a identificação de centros clandestinos, a descrição da metodologia do sequestro e da aplicação de torturas e o conteúdo dos interrogatórios (Jensen, 2010, p. 124-125), num demonstrativo do aprendizado de um repertório próprio da denúncia de violações de direitos humanos.

Essa chave narrativa consolidou-se nos primeiros anos da redemocratização: ao responderem ao chamado público da CONADEP, os sobreviventes foram questionados apenas se seriam capazes de identificar locais de detenção, outros detidos, guardas, torturadores ou chefes militares (Crenzel, 2008, p. 71-72). O mesmo teria ocorrido durante o julgamento às Juntas Militares: segundo Claudia Feld, enquanto perguntas sobre as ideias políticas dos sobreviventes foram contidas, prevaleceram relatos da violência sofrida nos sequestros e nas sessões de tortura, carregados de manifestações de dor, horror e comoção (Feld, 2002, p. 40-43). O objetivo geral desses testemunhos era provar a repressão ilegal e recuperar os sobreviventes como sujeitos de direitos – categoria supostamente neutra e universal – (Sonderéguer e Correa, 2009, p. 10), o que impossibilitava a emergência das subjetividades e das vivências individuais (Balardini, Oberlin e Sobredo, 2011, p. 170).

Além disso, nas *políticas de memória*, adotadas pelo governo de Raul Alfonsín, o objetivo era comprovar os crimes cometidos pela ditadura, o que resultou numa exclusão de qualquer referência a ideologias e compromissos políticos das vítimas. Segundo Hugo Vezzetti, recuperar um papel combatente poderia resultar aos sobreviventes numa ausência de reconhecimento do seu lugar de *vítima* e nas devidas medidas legais caso demonstrasse a sua participação em *atos terroristas* (Vezzetti, 2002). Mais do que vítimas, tinham que ser *vítimas inocentes*, possíveis equívocos e injustiças irreparáveis cometidos pela repressão (Gonzalez Bombal, 1995, p. 205-207). Se a inocência dos desaparecidos deveria se basear no fato de que nenhum deles, nem mesmo os mais diretamente implicados na guerrilha e nas ações armadas, fora eximido de um tratamento criminoso, sem direito a julgamento e *desaparecedor* de suas identidades; esta se resumiu ao sinônimo de *não subversivos*, alheios à luta armada (Novaro e Palermo, 2007, p. 643). Os sobreviventes, em sua grande maioria, devido à estigmatização dos compromissos políticos dos anos 1970 e às causas judiciais abertas contra membros das organizações político-militares de esquerda, a omitiram.

Ludmila da Silva Catela aponta que, ainda em 1996, no quadro do *boom de memórias* gerado pelas comemorações dos vinte anos do golpe de 24 de março de 1976,⁸ não haveria uma disposição social para escutar os sobreviventes, como se toda informação que tivessem para brindar já tivesse circulado suficientemente, pois seus testemunhos traziam à tona assuntos sobre os quais não se queria discutir: de um lado, a desumanização nos centros clandestinos e as respostas individuais frente a ela; do outro, a luta armada e a militância dos anos 1970 (Da Silva Catela, 2001, p. 373). *Sombras sobre as memórias e narrativas pessoais* que apenas no final da década de 1990 puderam ser parcialmente superadas, quando a militância passou a ser objeto de discussão pública, circulando relatos nos quais os sobreviventes revalorizaram e questionaram sua participação política, inclusive os projetos políticos com os quais se comprometeram (Oberti, 2006). De acordo com Emilio Crenzel, neste momento o seu testemunho conquistou autonomia da meta punitiva e

⁸ A aproximação do aniversário de vinte anos do golpe e o surgimento da agrupação H.I.J.O.S. (*Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*) na cena pública argentina marcaram uma inflexão nos debates sobre a memória da mais recente ditadura civil-militar. Às tradicionais vozes da busca pela verdade e pela preservação da memória somaram-se os filhos dos desaparecidos políticos que colocaram novos questionamentos sobre as identidades políticas dos seus pais. Começaram a aparecer também as *confissões* e autocríticas públicas de torturadores, executores e chefes militares, constituindo assim um *boom da memória* nos meios de comunicação.

começou a trazer à tona memórias que se encontravam subterrâneas, especialmente devido ao estigma produzido em torno dos seus compromissos políticos e do seu comportamento durante a sua passagem pelos centros clandestinos de detenção (Crezel, 2011, p. 280). Passaram a circular, então, em livros e em documentários alguns testemunhos de sobreviventes, nos quais eles elaboraram sentido à militância, aos projetos políticos, ao sequestro, ao desaparecimento e à sobrevivência.⁹

Nesse quadro, em 1998, foi publicada a primeira edição do livro *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*, síntese da tese de doutorado apresentada por Pilar Calveiro, na *Universidad Autónoma de México* (UNAM). Durante um ano e meio, entre 1977 e 1978, Pilar esteve desaparecida, passando por diversos centros clandestinos, incluindo a ESMA. Ao escrever sobre sua experiência, optou “desde un planteamiento racional, un género otro que el autobiográfico y confesional, considerados a menudo como típicos de la escrita de mujeres” (Arfuch, 2013, p. 103). Em entrevista ao jornal argentino *Página/12*, Pilar Calveiro afirma que sua opção pela *terceira pessoa* teria sido uma estratégia de contar uma história que não era apenas sua e, na qual, ela se faz presente todo o tempo: “No es por razones académicas que no hago referencia a mi historia personal. Creo que lo ocurrido tiene que ver con algo que va más allá de mi historia personal. Y, sin embargo, siento que de muy diferentes maneras estoy todo el tiempo en ese texto”. Escrever e concluir a sua tese teria sido parte de uma “tarea de sobrevivir” que “no termina con la salida del campo de concentración”, iniciada quando encontrou na Ciência Política um espaço de reflexão, “para trazar una línea entre la vida de ayer y la de hoy” e não pensá-la como uma “ruptura loca”. Não se tratou de uma tarefa sem dificuldades emocionais, à qual abandonara duas vezes, pois “costaba muchísimo, era una zambullida en testimonios dolorosos, en los propios recuerdos”, porém:

Cuando le entré en serio, no pude detenerme hasta terminar. Porque al mismo tiempo que tropezaba con esas dificultades emocionales tenía muy dibujada la brújula de la argumentación, la racional, en la que siempre me sentí segura porque no estaba hablando de un objeto teórico que me había inventado, sino de algo muy trabajado en el plano vivencial. Y no solamente el mío, también el de otros sobrevivientes con quienes siempre dialogué acerca de esta historia y de cómo entenderla, cómo explicárnosla. De ninguna manera el texto es resultado de una elaboración solitaria: ahí están las charlas que sostuvimos entre sobrevivientes durante más de diez años, en encuentros alucinados desde las 10 de la noche hasta las 5 de la mañana, tratando de pensar lo que había pasado (*Página/12*, 01/11/1998).

Além disso, os julgamentos iniciados na Itália, na França e, sobretudo, na Espanha, no final da década de 1990, contra repressores argentinos, convocaram muitos sobreviventes a declarar no exterior, em um momento no qual as leis de indultos estavam vigentes na Argentina. O desenvolvimento de tais julgamentos e as audiências públicas dos *Juicios por la Verdad* fizeram com que muitos sobreviventes, pela primeira vez, contassem suas histórias. Esse processo culminou nos anos 2000 com as *políticas de memória* adotadas pelo presidente Néstor Kirchner, sobretudo a reabertura das causas judiciais das violações de direitos humanos cometidos durante a última ditadura, a partir de 2006, que fizeram com que o testemunho dos sobreviventes voltasse a circular nos meios de comunicação, sobretudo quando fazem parte de uma causa em curso. Atualmente, podemos observar um esforço nas causas julgadas recentemente em recuperar a vivência e as impressões pessoais das testemunhas, não restringido os seus relatos à produção de provas de tormentos sofridos.

⁹ Entre os filmes podemos citar *Cazadores de Utopias* (David Blaustein, 1995) e *Montoneros, una historia* (Andrés Di Tella, 1999). Entre os livros que se baseiam em uma produção testemunhal: Diana (1996) e Mattini (1996). A estes se seguiu a série de livros *La Voluntad*, escrita por Eduardo Anguita e Martín Caparrós, lançada a partir de 1997, que consolidou a abordagem do tema da militância pela literatura testemunhal na Argentina.

Paralelamente, segundo Elizabeth Jelin, os sobreviventes passaram a ocupar um papel de destaque em alguns atos públicos relativos à memória da última ditadura, como ocorreu, por exemplo, em 2004, na cerimônia de entrega dos prédios da ESMA por Néstor Kirchner para a sua conversão em um *espacio de memoria*:

Los y las sobrevivientes de la ESMA ocuparon el centro de la escena. Eran ello/as quienes exploraban el lugar y marcaban los itinerarios de la detención, los lugares de tortura y confinamiento, tocaban paredes, registrando movimientos corporales, sonidos y olores (hay que recordar que en la mayoría de los casos no habían visto nada durante su detención, ya que estaban encapuchado/as). Sus testimonios y relatos fueron el telón de fondo para la ceremonia pública que iba a producirse (Jelin, 2010, p. 243).

A variedade de locais de enunciação dos seus testemunhos – justiça, imprensa, documentários, arquivo de história oral – é um demonstrativo da ampliação de canais encontrados pelos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção para transmitir suas experiências. Consequentemente, notamos uma recuperação de sua subjetividade e uma valorização de suas experiências que permitem produzir memórias sobre temas polêmicos até então silenciados: a militância, o comportamento nos centros clandestinos, os dilemas enfrentados em liberdade, os traumas, os estigmas.

4 Agora É o Momento de Falar de Cada Um de Nós

Susana Jorgelina Ramus foi sequestrada em 13 de janeiro de 1977 e esteve desaparecida na ESMA por dois anos. Em 2000, publicou o livro *Sueños sobrevivientes de una Montonera. A pesar de la ESMA*, no qual relata a sua história pessoal de militância, de sequestro e de desaparecimento; história esta que, em muitos momentos, se confunde com a história publicamente conhecida da organização *Montoneros*. Seu irmão, Carlos Gustavo Ramus, esteve envolvido na fundação de *Montoneros*, ao participar do sequestro e assassinato do Tenente General Pedro Eugenio Aramburu, ação ocorrida em 1970 e tida como o surgimento público do grupo. Além disso, Susana militou em algumas organizações de base vinculadas ao grupo e, por sua história afetiva, passaram figuras importantes como, por exemplo, o dirigente Mario Firmenich com quem se relacionara na juventude.

Apesar de uma história pessoal que, em muitos momentos, se confunde com a história pública e política recente da Argentina, em seu livro, Susana optou por uma estrutura de escrita que lembra um diário pessoal, no qual fragmentos testemunhais se mesclam com arroubos poéticos e intimistas, partindo não de uma temporalidade linear, mas do surgimento de temas que fazem com que a narração de fatos históricos seja interrompida por sua vivência individual e familiar e as sensações que escrevê-las suscitariam, em suas palavras, a *uma sobrevivente de sua geração*:

Quizás no puedo ser muy objetiva, escribo con el ritmo de mi pasión, de mi dolor, mis apreciaciones políticas son parciales, poco autocríticas. Hay inexactitudes, olvidos involuntarios. No puedo hacerlo de otra manera, se trata de relatar esa historia desde mis vivencias, no pretendo que nadie lo vea como la única verdad, es la mía, no puedo ofrecer otra (Ramus, 2000, p. 36).

Segundo conta, escrever um livro foi uma maneira de garantir que as futuras gerações conhecessem a sua história e dos seus companheiros de militância e de detenção. Para tanto, afirma que sua voz tentara substituir a daqueles que já não podem testemunhar por que se encontram na situação *fantasmal* de desaparecidos (Ramus, 2000, p. 32). Entretanto, escrever sobre a sua passagem pelo *inferno* da ESMA não seria uma tarefa simples, por lhe trazer o sentimento de angústia e a sensação de que não poderia seguir em frente com o peso do seu passado. Inclusive, aponta que o *inferno*

parece se prolongar no presente devido à sua presença incessante em suas recordações (Ramus, 2000, p. 21). Soma-se a isso uma dificuldade em recordar os nomes e caras daqueles que estiveram com ela na ESMA, seja por um esforço voltado principalmente para gravar quem eram os repressores – “Hay muchas cosas que no puedo recordar. Algunos nombres, algunas caras se me han borrado, no las de ellos, sino las nuestras” (Ramus, 2000, p. 68) – ou devido ao fato de que a estrutura em *células* de *Montoneros* fez com que Susana conhecesse alguns companheiros de militância apenas dentro da ESMA (Ramus, 2000, p. 15). Podemos perceber tais dilemas na seguinte descrição feita por ela sobre o que significou estar desaparecida lá:

Dolor que no cesa. Duelo que no concluye. Ganas de no estar. Por qué es tan duro recordarlo todo. Ganas de que todo haya pasado. Pero nunca pasa. Y no hay consuelo. Nada ni nadie puede consolarnos. Todos perdimos lo mejor de nuestra vida, nuestros sueños, nuestros afectos. Morir mil veces en cada herida que no cierra, que no puede cerrar. Y ese lugar. Ese infierno, Martín decía que era lo más parecido al infierno que se podía imaginar (Ramus, 2000, p. 52).

Para Susana Ramus, a maior dificuldade, ao ser posta em liberdade, foi *o que fazer* com esta experiência: “No sé que hacer con esto/ a veces quisiera ser otra persona, no recordar, dormir y despertarme em outra vida” (Ramus, 2000, p. 35-36), pois na ESMA *fragmentaram a sua vida*, impossibilitando qualquer projeto, sonho ou futuro (Ramus, 2000, p. 44). A liberdade foi vivida por ela com melancolia, “impossibilitada de sentir algo más que dolor”. Da ESMA saiu outra, não era mais a menina alegre que gostava de rir, de apaixonar-se, de dançar, de divertir-se; se tornara uma mulher frágil que não conseguia viver o seu presente (Ramus, 2000, p. 46). Logo, para não se sentir *vencida* por seus algozes, Susana Ramus afirma que precisou encontrar formas de elaborar o seu passado e as suas perdas pessoais:

Lo que no quiero es sentir que me hayan vencido, necesito que todo eso forme parte de mi pasado, y me deje vivir ahora, porque no se puede vivir con tanto dolor, no soy lo que quedó de eso, soy la misma que fui antes pero con esta experiencia, con estas heridas, eso me da fuerzas para vencer esa sensación de impotencia, de no poder con los fantasmas (Ramus, 2000, p. 36).

Passou a tentar superar tanto a solidão em um mundo que lhe parecia alheio e diferente (Ramus, 2000, p. 69-70), quanto a dificuldade de contar a sua experiência e a passagem por dois mundos que *já não estavam*: o mundo da militância e o da ESMA (Ramus, 2000, p. 74). Para tanto, buscou duas maneiras para compreender *que esse passado, ainda que fosse muito forte, não determinava seu presente* (Ramus, 2000, p. 106). A primeira foi a terapia que lhe ajudou a superar as acusações implícitas do *por algo será* que havia sobrevivido e a culpa que ela própria carregava:

Para que el dolor no me paralizara, empecé a hacer terapia [...] Ese trabajo me ayudó mucho en esto de poder contar mi experiencia, porque era algo que no podía objetivar, poner en el pasado, me invadía constantemente. La tristeza se había apoderado de mí, lloraba todo el tiempo. [...] Hasta que encontré un terapeuta que se tornó en serio lo mío o tenía más elementos, o quizás yo estaba más preparada para poder verme. Lo bueno es que pude soltar toda mi angustia, hablarle de las cosas que nunca había hablado con nadie porque pensaba que no iban a comprenderme, me sentía tan culpable, tan inútil, como si hubiera sido un error del destino haber sobrevivido, no podía suportar esa carga (Ramus, 2000, p. 47-48).

A outra forma encontrada foi a escrita, com a qual *pôde sobreviver à loucura; tirar a sua dor de dentro de si e convertê-la em palavras num papel* (Ramus, 2000, p. 47). Ainda na ESMA, percebeu que a única liberdade que lhe fora conservada foi a da sua mente (Ramus, 2000, p. 49). Assim, pôde em cativeiro escrever suas sensações, impressões e informações que considerava importantes,

porém estas acabaram destruídas (Ramus, 2000, p. 74). Somente em liberdade, passou a escrever sistematicamente em forma de diário; textos posteriormente publicados na obra em questão:

Si no pudiera o no supiera escribir quiero decir expresarme de esta manera cómo hubiera hecho todos estos años para resistir para sobrevivir a la locura con tantos recuerdos arañando mi mente recuerdos y vivencias permanentes del horror del infierno de la angustia y el dolor incesante/ con tanta historia apretada en las paredes de mi cráneo/ chocándose/ acribillándose constantemente/ sin poder apartarlos ni sepultarlos ni aplastarlos ni matarlos sin poder ni siquiera olvidar por un instante/ porque eran o son demasiados y uno solo trae irremediamente a otro y otros más y es imposible decir no/ ya no/ no quiero saber qué pasó/ entonces escribir/ sacarlo todo afuera/ dejarlo registrado en otro lado por ejemplo en este papel y en todos los otros papeles que escribí a lo largo de doce años más o menos y había pero no pude conservarlos porque los escribía en la ESMA y luego los destruía/ todo un largo tiempo en que no podía hablarlo con nadie por eso tuve que sacarlos para que ya no me hicieran daño y pasaran a forma parte de una historia cualquiera que podía no ser la mía (Ramus, 2000, p. 100).

Escrever como uma tarefa coletiva foi o que levou cinco mulheres, sobreviventes da ESMA,¹⁰ a “dejar escritas” as conversas que gravaram ao longo de três anos e meio na casa de uma delas (AA.VV. 2001, p. 11). Publicado em 2001, *Ese infierno. Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA*, surgiu da necessidade que elas tiveram de contar histórias não contadas em espaços formais de denúncia, como, por exemplo, a Justiça ou os organismos de direitos humanos:

Durante mucho tiempo estuvimos convencidas de que había sido suficiente declarar ante la Justicia. Algunas de nosotras pudimos hacerlo inmediatamente después de la liberación, en el exterior. Otras, cuando volvió la democracia al país, en el juicio a las Juntas. Para un tercer grupo, por distintas razones, el proceso fue más largo. Pero todas sabíamos que habíamos vivido otro tipo de historias, no contadas todavía. Historias de odios, de solidaridad, pero también de vida. En la ESMA, como en todo Campo de Concentración, hubo luces y tinieblas. Podríamos morir ahora o simplemente olvidarlas. Y creímos que era ya tiempo de asegurarnos de que no se perdieran [...] Quisimos hacerlo de todos modos. Tenía que quedar registro en algún lugar, además de los expedientes judiciales –donde sólo están los hechos crudos, objetivos-, de lo que pasó en la ESMA tal vez el más maquiavélico de los proyectos represivos de la última Dictadura (AA.VV, 2001, p. 31-32).

A decisão por recordar em conjunto teria sido uma forma de demonstrar que a sobrevivência na ESMA foi fruto de uma *empresa coletiva*; e a escolha apenas por mulheres, pois “para nosotras, haber pasado por el Campo tuvo tintes especiales vinculados con el género” (AA.VV., 2001, p. 32).¹¹ Para superar as diferentes posições que cada uma tinha diante das situações vividas na

¹⁰As cinco mulheres que participaram da obra foram: Miriam Lewin, sequestrada e desaparecida entre 1977 e 1979 na ESMA e em outro centro clandestino sob comando da Aeronáutica ainda não identificado; Munú Actis, sequestrada e desaparecida na ESMA entre julho de 1978 e junho de 1979; Elisa Tokar, sequestrada e desaparecida na ESMA entre 1977 e 1979; Liliana Gardella, sequestrada e desaparecida na ESMA entre dezembro de 1977 e janeiro de 1979; e Cristina Aldini, sequestrada e desaparecida na ESMA entre dezembro de 1978 e dezembro de 1979.

¹¹De acordo com *Memoria Abierta, as detidas e desaparecidas* pela última ditadura civil-militar argentina eram, em sua maioria, militantes sociais e políticas que, durante os anos 1960 e 1970, clamaram por novas formas de participação feminina nos espaços públicos. Para a repressão ditatorial, elas eram *doble transgresoras*, pois com sua militância política e social questionavam tanto a ordem social vigente quanto a estrutura de gênero que demarcava uma hierarquia social tradicional, ainda que questões específicas ligadas a vida das mulheres como a anticoncepção, o aborto, a violência conjugal ou sexual, eram consideradas menores ou secundárias por seus grupos de pertencimento (Vasallo, s/d). Logo, elas sofreram um tratamento violento específico devido à sua *condição feminina*, de modo a controlar e dominar seu comportamento transgressor, que incluiu de maneira geral: “la desnudez forzada, la inexistencia de intimidad respecto de la satisfacción de las necesidades fisiológicas, la violación sexual a personas débil es producto de

ESMA, formaram um “culto de tolerancia”, no qual “cada una contólo que se sintió en condiciones de contar” (AA.VV., 2001, p. 34). Segundo contam Liliana Gardella e Cristina Aldini em seus testemunhos ao Arquivo Oral do *Memoria Abierta*, o livro teria sido uma consequência não esperada desses encontros:

Porque hablábamos entre nosotras, nos costaba horrores hablar de la experiencia, cada vez que una le quería contar a la otra era como que nos trababa las molas...Una le costaba escuchar y nos costaba hablar. Y empezamos a decir “y si nos juntamos, y si hacemos el esfuerzo, y si nos ayudamos”. Yo no sé quién fue la primera que dice “nos juntemos en lo de Miriam (Lewin) el sábado a la tarde” [...] Y apreció Munu (Actis) con un grabador, y empezamos a hablar, que yo creo que todas nos demos cuenta que nos iba a servir. Con un cierto interés y una cierta preocupación de dejar testimonio también (*Memoria Abierta, Testimonio de Liliana Gardella*, Buenos Aires, 2001). En realidad nosotras en la misma presentación del libro decimos que no tenemos demasiado claro cómo surgió, o de dónde, de quién en particular. Si, que en los encuentros que a cada tanto teníamos por una cuestión de amistad entre algunas de nosotras se fue generando esta sensación de que era importante, y más allá de las charlas que ya habíamos tenido entre nosotras, y de compartir las instancias de las declaraciones de algunas en alguna causa judicial, o otros episodios, teníamos la necesidad de registrar esos aspectos que justamente en esos testimonios que se iban brindando quedaban excluidos porque tenían que ver con otra dimensión de esta experiencia que es la cotidianeidad, la cotidianeidad del campo de concentración. [...] Habíamos pensado inclusive en tal vez, bueno, gravar que así fue, digamos, la dinámica del registro, gravar diálogos entre nosotras, desgravarlos y dejarlos por escrito, bueno, en disquete por supuesto, y entregarlo a un archivo, a un organismos de derechos humanos [...] Y después, mucho después, en realidad fue ya el tercer año en que estábamos haciendo eso, surgió la posibilidad del libro (*Memoria Abierta, Testimonio de Cristina Aldini*, Buenos Aires, 2001).

Vinte anos depois do seu sequestro e desaparecimento, elas apontam que vivam “un momento de gran necesidad de hablar”, quando se havia superado o momento inicial da redemocratização no qual os seus testemunhos *desgarradores* eram muito difíceis de ser escutados e processados devido ao horror que suscitavam. Nas palavras de Munú Actis: “Se ha producido un proceso que le permite a la gente tener otra mirada. Ahora se atreven a preguntar, a abrirse, a tratar de entender cómo fueron las cosas. Antes decían: ‘¡Qué terrible! ¡Qué terrible!’, y ahí terminaba la indagatoria” (AA.VV., 2001, p. 281). Vinte anos que permitem a ela resgatar, em seu livro, a *dimensão humana* dessa história, sobretudo as contradições que os sobreviventes e desaparecidos viveram durante a sua passagem pela ESMA, distanciando-se, assim, de uma recuperação épica e de maniqueísmos (AA.VV., 2001, p. 31). Maniqueísmos estes que, no caso dos sobreviventes da ESMA, relaciona-se principalmente ao fato de que a circulação das histórias sobre o *plano de recuperação* de Emilio Massera contribuiu para o julgamento de que eles *optaram* por colaborar com seus repressores garantindo assim a sua sobrevivência.

Em determinado ponto do livro, Elisa Tokar afirma que para ela *reaparecer*, sair definitivamente da situação de desaparecida, só se concretizou quando ela testemunhou: “¡Recién cuando pude empezar a hablar de lo que había pasado, a reconstruir mi historia, me sentí ‘aparecida!’” (AA.VV., 2001, p. 293). Aponta que, durante anos, viveu fingindo como se com ela não havia passado nada, “¡Mantuve la capucha durante años! Seguí mucho tiempo así” (AA.VV., 2001, p. 53). Logo, participar de um livro na qual encontrou mulheres que passaram pelo mesmo que ela lhe ajudou a *continuar reaparecendo*, “a ponerle palabras a esa angustia, no [...] a ese dolor, a darles nombres a esas cosas que me habian pasado” (*Memoria Abierta, Testimonio de Elisa Tokar*, Buenos Aires, 2001). E afirma que o êxito do livro está em tirar as sobreviventes de uma

la tortura, encadenadas o engrilladas y privadas de la visión, la situación de embarazo y parto en contexto de desaparición” (*Memoria Abierta*, 2012, p. 49-50).

condição de suspeição e abrir o debate sobre o que significa ter sobrevivido ao *poder desaparecedor*:

Yo creo que solamente por eso el libro es un éxito. Que alguien te pueda preguntar directamente y que vos le puedas contestar a esa persona esa bronca que tiene acumulada, y es una bronca “porque sobreviviste a vos y no sobrevivió a mi hermano”, o mi compañero [...] bueno es eso, no, poderle contestar directamente y que la puedan preguntar directamente que es como que digamos que por ahí vos no lo sientas como un puñal en el pecho otra vez, no seguir dando examen a esa historia. [...] Y por otro lado también es como abrirles la voz a esos compañeros que pasaron por esa misma situación y que piensan todavía que no es el momento para contar. Yo creo que todos tenemos cosas para contar. Todos hemos vivido y transitado por esa historia de maneras distintas. Todos. De hecho el libro lo demuestra de esa manera no todas pensamos lo mismo, mucho menos, mucho menos. Y pienso que todos tienen algo para contar y algo para decir. Digamos si esto sirve para que otros le puedan dar voz a todos su dolor bueno bienvenido, no, es otro de los éxitos de libro lograrlo, no (Memoria Abierta, *Testimonio de Elisa Tokar*, Buenos Aires, 2001).

179 días entre El Banco y El Olimpo...y una vida para contarlo, escrito por Celina Benfield, e publicado em 2003, narra a passagem da *Madre de Plaza de Mayo* por dois centros clandestinos de detenção, onde “*morreu, viveu, sobreviveu*”: *El Banco* e *El Olimpo*. Nas palavras de Celina Benfield:

A mí también me llevaron. Yo también fui una desaparecida.
Este libro es la historia de la locura vivida en 179 días entre El Banco y El Olimpo.
Sí, la locura gestada con una impecable lógica para conseguir el fin político e económico deseado, implementar el terrorismo de Estado y una economía despiadada en contra del pueblo, sin protestas, a partir del miedo, el desconocimiento y la violencia sin control y sin reglas, que genera la locura (Benfield, 2003, p. 114).

A narrativa é montada a partir de cartas que seriam direcionadas ao seu filho desaparecido, Ernesto Eduardo Berner, ao qual ela se refere através de um dos seus *nomes de guerra* na militância, Popo. Militante *montonero*, Popo foi sequestrado por *grupos de tarefa* da ESMA, em 11 de janeiro de 1977, aos 22 anos de idade. Segundo conta a autora, tais cartas teriam ficado guardadas em sua memória durante o cativeiro e por mais vinte três anos até que o livro fosse publicado: “Traté de no borrarlas, para que algún día mis nietos y bisnietos y aquellos que sufrieron como nosotros, conozcan todo: la vida, locura y la muerte” (Benfield, 2003, p. 16). Cada capítulo do livro é dividido em três partes. A primeira, *A Loucura*, descreve o cotidiano nos centros clandestinos de detenção, cuja *loucura* estaria na convivência entre atividades rotineiras, a diversão, a resistência com a tortura, a morte, o *traslado* e o desaparecimento. *Loucura* esta que se prolongaria no próprio linguajar utilizado no seu interior: sempre que utiliza um termo alcunhado pelos repressores, Celina Benfield faz referência ao seu filho, *aquele* que lhe entenderia (Benfield, 2003, p. 54). Além disso, aponta a necessidade de guardar na memória tudo o que presenciou ou ficou sabendo: “[S]é que necesito que mi cerebro retenga cada hecho. Nunca el olvido. Así entenderán la dimensión de aquel terror” (Benfield, 2003, p. 16).

A segunda, *A vida*, conta a sua trajetória pessoal: uma mulher que militou no *Nucleamento de mujeres políticas*, no início dos anos 1970, e que se tornou uma *Madre de Plaza de Mayo* quando seu filho foi sequestrado e desaparecido. É interessante observar que se trata de uma trajetória marcada pela política e pela atuação pública, lado que geralmente não é apontado como parte da biografia prévia de mulheres que se tornaram *Madres de Plaza de Mayo*. Nesse sentido, um jogo de palavras na contracapa da obra demonstra que se trata da história de uma mulher com uma trajetória e uma subjetividade mais complexas, não se restringindo apenas à recuperação da história de uma vítima da ditadura: “Celina Benfield. Madre. Madre, abuela y bisabuela. Madre, esposa. Madre,

abogada. Madre, política. Madre, Derechos Humanos. Madre, Paz. Madre, detenida-desaparecida. Madre, sobreviviente” (Benfield, 2003).

Por último, *A Morte*, volta-se para as perdas pessoais e familiares, culminando no desaparecimento de Popo e o desespero de não saber nada sobre o seu paradeiro, se continuaria vivo ou estaria morto: “Hijo mío: No sé si estás vivo o estás muerto, no sé dónde estás, no sé si estás pasando lo mismo que yo o hace rato que no estás más entre nosotros” (Benfield, 2003, p. 44). Segundo afirma no final do livro, desde que saiu em liberdade, soube que Popo não estaria mais vivo; porém, contar histórias de outras pessoas que estiveram com ela nos centros clandestinos seria uma forma de resgatar também a sua memória, de vivências ele poderia ter em comum. Logo, escrever seria uma forma de realizar o seu luto, negado pela circunstância do desaparecimento:

Popo, creo que todos mis compañeros de El Banco y de El Olimpo, no solamente son como mis hijos, pertenecen a mi historia y a tu historia también, que no estás. Desde que volví supe que ya no te vería más, que no iba a saber cómo serías de papá o de abuelo. Sé que te mataron, pero aquellas personas que conocí y que compartieron conmigo esta historia de locura y de muerte son un poco de vos. No sé si la pasaste peor o igual, sólo sé que todos sufrimos mucho [...] Popo, el grupo nuestro, por esas cosas del dedo de Dios en quien yo creo, vive, pero vos no. Estás con todos los otros en nuestro corazón y en el mí por siempre, mientras viva (Benfield, 2003, p. 123).

Notamos, assim, uma relação feita por eles entre escrever, entender e registrar. Na *Introdução* de seu livro, *Memoria del infierno. Relato testimonial de un sobreviviente del Centro Clandestino de Detención “El Vesubio”*, Jorge Watts, que esteve desaparecido no em *El Vesubio*, entre 22 de julho e 12 de setembro de 1978, centro clandestino que funcionou na zona Oeste da grande Buenos Aires, afirma que escrever trinta anos após o seu sequestro e desaparecimento seria uma forma de evitar o esquecimento e de entender através do exercício da escrita o que lhe ocorrera:

¿Por qué escribo esto y por qué lo escribo recién ahora?
Escribo contra el silencio y para que esto no se olvide, pero también escribo para entender. Y lo hago recién ahora pues necesité el paso del tiempo para encontrar explicaciones para lo ocurrido.
Explicar es tomar aquello que está plegado, arrollado (así eran los primeros libros, rollos), desplegarlo, y luego “abrir” sus palabras y sacar afuera lo que hay adentro (Watts, 2009, p. 9).

Jorge Watts, desde os últimos anos da última ditadura civil-militar argentina, voltou a sua militância para a luta em defesa dos direitos humanos e a busca por memória, verdade e justiça. Assim, teve uma participação importante nas *políticas de memória* do governo de Raul Alfonsín; foi um dos fundadores da *Asociación de Ex Detenidos Desaparecidos*, em 1984; participou de reportagens midiáticas, como programa *Nunca Más*, transmitido pelo Canal 13 da Argentina entre 13 e 14 de julho de 1984; e, na década de 1990, participou dos julgamentos a militares argentinos envolvidos na repressão abertos em países estrangeiros como França, Espanha e Alemanha, além das causas reabertas a partir de 2003. Portanto, possui uma série de testemunhos que já se tornaram públicos sobre a sua passagem pelo *Vesubio*. Apesar disso, marca a importância da escrita, primeiro pelas diferenças entre o testemunho escrito e o judicial; segundo, por poder decidir o que contaria, sem interferências ou conflitos externos:

En los testimonios judiciales era normal que el juez o el secretario nos impusieran sus preguntas, nos cortaran e incluso nos desviarán de lo que queríamos señalar. Aun en testimonios prolongados, como en el juicio a las Juntas, era muy difícil ahondar en aspectos muy importantes, sacar conclusiones y, por supuesto, opinar. Inclusive, grabando testimonios con compañeros se complica apenas pasar de los títulos. No se puede

profundizar. Sé que hay que escribir y hasta ahora no pude hacer más que algunos discursos y algunos panfletos (Watts, 2009, p. 14).

Além disso, escrever é uma forma não só de contar a sua história pessoal, mas também recuperar a memória de uma geração de militantes, de companheiros que continuaram desaparecidos. “Este libro es una forma de honrar a nuestros muertos y de celebrar la vida”, afirma (Watts, 2009, p. 15). Por isso, a escolha do título dado à obra, que assim como fez Susana Ramus, associa o centro clandestino de detenção a uma representação do *infierno*:

Finalmente, opte por *Memoria del infierno*, memoria, en el sentido de recordar los hechos vividos por mí en “El Vesubio”, para volcarlos lo más fielmente posible en este libro, y también en el sentido de dar testimonio como sobreviviente de un centro clandestino de detención, ese infierno que padecí junto a tantos compañeros de cautiverio, quienes también vuelven a pasar por mi corazón aquí (Watts, 2009, p. 12).

5 Considerações Finais

Como afirmamos anteriormente, os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção passaram a ocupar o seu lugar de testemunho em distintos canais de circulação, dentre os quais está a literatura. Ao escrever, os sobreviventes não só narram suas histórias pessoais, como dão voz para a experiência de outros que se fazem presentes em seus textos, seja através de experiências em comum, de discussões prévias, de testemunhos oferecidos, ou de compartilharem o mesmo sentimento de culpa por ter sobrevivido. Consequentemente, a escrita enquanto *local de agência* permite não só a ressignificação de um passado pessoal, mas também coletivo (Rago, 2013, p. 57) de indivíduos que compartilham a contemporaneidade de rupturas subjetivas (Rago, 2013, p. 40), dentre as quais se impõe aquela causada pela *situação-limite* do desaparecimento. Suas narrativas, com todos os dilemas, polêmicas, custos pessoais e dificuldades – como o *maravilhoso, o misterioso e o terrível* pontuados por Marta no início do nosso texto – podem satisfazer o desejo por memórias que não se pretendam universais e que nos ajudem a recuperar a dimensão humana para a análise da história recente.

Referências

- AA.VV. *Ese infierno*. Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- ALVAREZ, Victoria. El encierro en los campos de concentración. In: LOZANO, Fernanda G. (Org.). *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000.
- ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*. Exploraciones en los límites. Buenos Aires: FCE, 2013.
- BALARDINI, Lorena; OBERLIN, Ana; SOBREDO, Laura. Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención. In: CELS. *Hacer Justicia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- BENFIELD, Celina. *179 días entre el banco y el olimpo...y una vida para contarlo*. Buenos Aires: Astralib, 2003.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2008.
- CALVO, Adriana. Los campos. In: GELMAN, Juan (Org.). *Ni el flaco perdón de Dios*. Buenos Aires: Planeta, 1996.
- CARNOVALE, Vera. Aportes y problemas de los testimonios en la reconstrucción del pasado reciente en la Argentina. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

- _____; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto. Memoria y política en la situación de entrevista. En torno a la construcción de un archivo oral sobre el terrorismo de estado en la Argentina. In: CARNOVALE, Vera et.al. (Comp.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI, 2006.
- CHEJFEC, Sergio. La memoria disuelta en la literatura. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2005.
- CRENZEL, Emilio. La historia política del *Nunca Más*: la memoria de las desapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2008.
- _____. La democracia y los derechos humanos en Argentina a la luz de la historia del Nunca Más. In: ALONSO, Fabiana. *Justicia y derechos humanos en la construcción de la democracia*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2011.
- DA SILVA CATELA, Ludmila. *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1996.
- DI TELLA, Andrés. La vida privada en los campos de concentración. In: DEVOTO, Fernando; MADERO, Marta (Dirs.). *Historia de la vida privada en la Argentina*. Tomo 3: la Argentina entre multitudes y soledades. De los años treinta a la actualidad. Buenos Aires: Taurus, 1999.
- FELD, Claudia. *Del estrado a la pantalla: las imágenes del juicio a los ex comandantes en Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. Os direitos humanos nos processos de democratização. In: HERSHBERG, E.; JELIN, E. *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- GELMAN, Juan. Una está en otra dimensión. Pilar Calveiro describe la vida-muerte de los campos de concentración. *Página/12*, 11 jan.1998.
- GONZÁLEZ BOMBAL, Inés. Nunca más: el juicio mas allá de los estrados. In: ACUÑA, Carlos et.al. Juicio, castigo y memoria. Derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- GROPPO, Bruno. Primo Levi y el problema del testimonio. In: FEIERSTEIN, Daniel. Genocidio. La administración de la muerte en la modernidad. Caseros: Universidad Tres de Febrero, 2005.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- _____. ¿Víctimas, familiares o ciudadano/as? Las luchas por la legitimidad de la palabra. In: CRENZEL, Emilio (Coord.). *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008*. Buenos Aires: Biblos, 2010.
- _____; KAUFMAN, Susana G. Introducción. In: _____ (Comps.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- JENSEN, Silvina. *Los exiliados*. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- LONGONI, Ana. *Traiciones*. La figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. Buenos Aires: Norma, 2007.
- LORENZ, Federico G. *Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.
- MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP*. La Plata: De la Campana, 1996.
- MEMORIA ABIERTA. *...Y nadie quería saber*. Relatos sobre la violencia contra las mujeres en el terrorismo de estado en la Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.
- MONTONEROS, una historia. Dirección: Andrés di Tella. Argentina, 1994.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática. São Paulo: EDUSP, 2007.
- OBERTI, Alejandra. La memoria y sus sombras. In: JELIN, E.; KAUFMAN E. (Comps.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

- OLLIER, María M. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- RAGO, Luzia Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- _____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, J.; WOLFF, C. S. (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- RAMUS, Susana Jorgelina. *Sueños sobrevivientes de una montoner*. A pesar de la ESMA. Buenos Aires: Colihue, 2000.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SILLATO, María del Carmen (Comp.). *Huellas. Memorias de la resistencia. Argentina 1974-1983*. San Luis: Nueva Editorial Universitaria, 2008.
- SONDERÉGUER, Maria; CORREA, Victoria. Análisis de la relación entre violencia sexual, tortura y violación a los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.
- VASALLO, Marta. *Dos veces transgresoras*. s/d. Disponível em: <http://eltopoblindado.com/files/Articulos/04.%20Lucha%20Armada.%20Genero,Moral%20y%20Vi%20da%20cotidiana/Vassallo,%20Marta.%20Dos%20veces%20transgresoras.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- WATTS, Jorge Federico. *Memorias del infierno: relato testimonial de un sobreviviente del centro clandestino de detención "El Vesubio"*. Buenos Aires: Continente, 2009.

Artigo recebido em: Julho/2014.
Artigo aprovado em: Dezembro/2014.

Marcos Tolentino (marcosoat@hotmail.com) é doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).